



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A internacionalização da agricultura brasileira e as ações da Via Campesina pela soberania alimentar

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Adriane de Sousa Camargo

Como citar: SIMONETTI, M. C. L. ; CAMARGO, A. S. A internacionalização da agricultura brasileira e as ações da Via Campesina pela soberania alimentar. IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p141-156. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p141-156>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS AÇÕES DA VIA CAMPESINA PELA SOBERANIA ALIMENTAR

Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹

Adriane de Sousa Camargo²

Eu acho que o que realmente nos une é um compromisso fundamental com o humanismo, porque a antítese disso é o individualismo e materialismo [...]. Os problemas comuns da terra, produção, tecnologia, mercados, formação ideológica, pobreza - todos esses nós temos em comum. Mas o que também nos une são nossas grandes aspirações. Estamos todos convencidos de que as atuais estruturas de poder econômico, político e social são injustos e excludentes. O que nos une é um espírito de transformação e luta para mudar essas estruturas em todo o mundo. Queremos um mundo melhor, um mundo mais justo, um mundo mais humano, um mundo onde a verdadeira igualdade e justiça social existem. Essas aspirações e lutas de solidariedade no meio rural nos mantêm unidos na Via Campesina. Rafael Alegria³

Este texto trata das transformações por que passa a agricultura brasileira e mundial, a crise na produção de alimentos e a luta da Via Campesina pela soberania alimentar. Procuramos mostrar os desafios desse movimento social transnacional, que se caracteriza por congregar grupos indígenas e camponeses que se posicionam contrários às trágicas transformações do capital na agricultura mundial.

¹ Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Unesp – Marília - mirian@marilia.unesp.br

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da Unesp.

³ “I think that what really unites us is a fundamental commitment to humanism because the antithesis of this is individualism and materialism [...]. The common problems of land, production, technology, markets, ideological formation, training, poverty - all of these we have in common. But what also unites us are great aspirations. We are all convinced that the current structures of economic, political, and social power are unjust and exclusionary. What unites us is a spirit of transformation and struggle to change these structures all over the world. We aspire to a better world, a more just world, a more humane world, a world where real equality and social justice exist. These aspirations and solidarity in rural struggles keep us united in the Vía Campesina.” Rafael Alegria (tradução nossa).

Nas últimas décadas, assistimos no Brasil e em diferentes países do mundo um processo de aceleração da destruição da agricultura camponesa e uma ampliação das monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Como resultado desse processo, verificou-se uma enorme concentração das terras na mão de poucos proprietários e a destruição das florestas nativas. As consequências ecológicas desse processo são bem conhecidas. A destruição das florestas destrói a biodiversidade, os mananciais, os rios e as comunidades camponesas.

No país, esse processo se iniciou a partir dos anos 60 com a incorporação das práticas da “revolução verde”. Nos anos 90, inicia-se outro ciclo da agricultura capitalista no Brasil e no mundo, em que os pressupostos da revolução verde são intensificados. O modelo baseou-se no uso de sementes geneticamente modificadas, insumos industriais e na mecanização da lavoura, visando à redução das despesas ligadas ao manejo. O paradigma da Revolução Verde na agricultura se baseia no uso de maquinários, insumos na forma de fertilizantes químicos e sementes transgênicas. Desse modo,

O paradigma da Revolução Verde (RV) na agricultura substituiu o ciclo regenerativo de nutrientes por fluxos unidirecionais de insumos, na forma de fertilizantes químicos [...] A atividade residia nas sementes milagrosas, que transcendiam os ciclos de fertilidade da natureza. (SHIVA, 2001, p. 72).

A incorporação dessas técnicas e insumos agrícolas nos países do sul provocou um aumento expressivo na produção. No entanto, esse tipo de política provocou, na maioria desses países, um acréscimo na concentração fundiária, pois muitos dos pequenos agricultores não possuíam capital disponível para financiar sua incorporação à “Revolução Verde”. Além disso, para aqueles que possuíam capital disponível, a “Revolução Verde” levou à dependência tecnológica desses em relação àqueles que a produziam, ou seja, em relação aos países do norte. Nesse sentido,

Estudos de impacto têm demonstrado que os estratos mais abastados da sociedade rural são aqueles que têm acesso aos melhores rendimentos gerados pela introdução da tecnologia enquanto que as camadas mais pobres tendem a perder o acesso à renda que estava disponível antes da sua introdução. (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, [200-?], tradução nossa⁴).

Dentre os exemplos possíveis de serem citados em que essa situação ocorre, podemos mencionar a própria história inicial do programa. A Revolução Verde foi inicialmente financiada pelo grupo Rockefeller, que, já na década de 1940, havia introduzido novas variedades de milho e trigo no México. Para que isso fosse possível, “[...] a Fundação Rockefeller enviou um grupo de cientistas para o México para estudar como ajudar a agricultura mexicana. [...] Tudo começou com um fundo

⁴ Studies of impact have shown that the better off strata of rural society have gained access to better incomes generated by the introduction of technology whereas the poorest stratum have tended to lose access to income that was available before its introduction. (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, [200-?]).

de reservas de 20.000 dólares da Fundação Rockefeller em 1941.” (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL, 2009).

Essa fundação, através do emprego de um discurso ideológico, baseado no aumento da produtividade como meio de pôr fim à fome, conseguiu aumentar significativamente seu mercado consumidor, por meio da venda de insumos agrícolas. Porém, contrariando o discurso rockefelleriano, os alimentos produzidos nos países do sul foram destinados aos países do norte. Em outras palavras, esses alimentos não foram consumidos nos países produtores, mantendo-se, desse modo, a situação de fome nessas nações.

Destarte, torna-se notório que mesmo a utilização de tecnologias não era capaz de resolver o problema da fome, que, nesse momento, mostrou-se um problema de acesso, e não de produção. Já na década de 1960, em virtude da escassez alimentícia vivida na época, a FAO lança o *Programa Revolução Verde*, com o intuito de promover o aumento da produção e da produtividade através da utilização de variedades melhoradas, maquinaria, biocidas, dentre outros. A FAO inicia esse programa quando poderia articular medidas para transferência de tecnologia destinada à produção de alimentos nos países pobres. Foi este trabalho que projetou o conceito da Revolução Verde na década de 60.

Assim, a FAO, num contexto de pós-guerra, através desse programa, assegurava meios da indústria bélica alcançar novos mercados consumidores, na medida em que possibilitou a transformação de fábricas de explosivos em indústrias de fertilizantes, pois ambas utilizam o nitrogênio como matéria-prima, e fábricas de tanques em indústrias de tratores. Nesse sentido, “[...] a ‘revolução verde’ surge absorvendo as tecnologias bélicas e a mão-de-obra liberada com o fim da II Guerra, como a fabulosa fábrica de tecnologias - sementes híbridas dependentes de agroquímicos e maquinário que iria acabar com a fome do mundo.” (PACKER, 2009, p. 1).

No entanto, mesmo com os esforços aparentes da ‘Revolução Verde’, o problema inicial, a fome, cresceu. Esse programa provocou a perda da terra de milhões de camponeses que, endividados por causa da dependência tecnológica criada, tiveram de ir para as áreas urbanas e serem mão-de-obra barata, enquanto suas terras estavam disponíveis para as monoculturas dos grandes proprietários e das transnacionais.

As tecnologias do paradigma da Revolução Verde aumentaram a produtividade, mas não eliminaram a pobreza rural e a fome. Pelo contrário, intensificaram o processo de fragmentação e de decomposição social e econômica da agricultura familiar que, por sua vez, acarretaram o aumento do desemprego rural e o êxodo rural. Dessa forma, esse fenômeno se acentua cada vez mais a partir da década de 1970 com a chegada da tecnologia às fazendas. A mecanização do campo expulsou famílias inteiras, que se dirigiram às cidades para tentar a sobrevivência, pois a modernização agrícola foi de caráter excludente e seletivo. (MENEZES, 2008).

Assim, observamos que a modernização do campo alterou profundamente a estrutura agrária, principalmente nos países como o México, a Índia e o Brasil. Muitos dos agricultores, que não conseguiram adaptar-se a essa nova realidade, não obtiveram produtividade bastante para manter um grau de competitividade compatível àquele apresentado pelos grandes produtores. Endividados, na tentativa de incluírem-se na “Revolução Verde”, muitos dos pequenos agricultores tiveram de se desfazer de suas terras para a quitação de seus débitos junto às instituições bancárias.

A gênese dessas mudanças se articula a um contexto mais amplo ligado ao processo de reprodução ampliada do capital, que se inicia no pós-guerra. Nesse período, se verifica a consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais - cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. O domínio e expansão das empresas multinacionais apresentaram, simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais; a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos a nível internacional (OLIVEIRA, 2011).

O primeiro deles, os movimentos internacionais de capitais, deriva dos investimentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações empresariais no exterior. O segundo processo, a produção capitalista internacional, está vinculado aos monopólios da pesquisa, e consequentemente da tecnologia, que, somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as.

A produção capitalista internacional derivou da incorporação das matérias primas e da mão-de-obra de muitos países, em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. O terceiro processo, as ações de governos em nível internacional, está vinculado às necessidades da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo atual e a presença de organismos supranacionais, formados por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passou a compor o capitalismo que se mundializou (OLIVEIRA, 2011).

No Brasil, esse processo se inicia nos anos 60, quando se consolidou a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. A mundialização do capitalismo uniu, dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados aos demais, de média ou pequena presença industrial. Se nos anos 60 tem início uma fase em que se introduz a tecnologia (maquinários) na agricultura brasileira, nos anos 90 esse processo se intensifica e tem início uma nova fase da organização do capital na agricultura.

A produção de alimentos assume novas características diante do novo arranjo do capitalismo mundial, além de abastecer a população do Estado nacional onde ele é produzido. Oliveira destaca três características que explicam esse processo:

[...] a produção de *commodities*, as Bolsas de Mercadorias e de Futuro e os monopólios mundiais. A produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido. O exemplo da produção do trigo no Brasil é exemplar. O Brasil tornou-se o primeiro país importador deste grão do mundo (11 milhões de toneladas). A produção nacional de trigo não tem ultrapassado a 3,5 milhões de toneladas. Porém, quando os preços internacionais estão altos, exporta-se para o mundo o trigo que o país produziu e que não suficiente para o seu próprio abastecimento. (OLIVEIRA, 2011, p. 167).

As Bolsas de Mercadorias e de Futuro tornaram-se o centro da comercialização mundial da produção de alimentos. Ou seja, a produção e a definição dos preços dos alimentos não dependem mais do processo produtivo, mas das operações das bolsas mundiais. O mercado futuro passa a comandar a decisão sobre o que plantar e quanto plantar. Nesse processo, o capitalista antes de plantar já vende sua produção, ainda não plantada, às multinacionais que controlam a circulação da produção mundial de alimentos. Os monopólios mundiais de alimentos são produtos do processo de transformação do capitalismo e nasceram do processo de mundialização do capital.

As principais empresas mundiais voltadas para a produção e controle da circulação de alimentos são: 1- **A ADM - Archer Daniels Midland Company** (USA) lidera o processamento agrícola para produção de ingredientes de alimentos, ingredientes para ração animal, combustíveis renováveis e alternativas de origem natural a produtos químicos industriais em nível mundial; 2- **A Cargill** (USA) fornece produtos e serviços para os setores agrícola, alimentício em nível mundial; 3- **A Bunge Corporatief** (USA) é uma das principais empresas de agribusiness e alimentos do mundo, produzindo fertilizantes e ingredientes para nutrição animal, processamento e comercialização de grãos, fornecimento de matéria-prima para a indústria de alimentos, além de produzir alimentos para o consumidor final; 4- **A S.A. Louis Dreyfus Commodities** (França) é um conglomerado de empresas que atua em nível mundial. Atua na comercialização internacional de *commodities* agrícolas e de energia, no esmagamento e refino de sementes oleaginosas, no processamento de frutas cítricas, na exploração, no refino e na comercialização de petróleo e de gás natural, em telecomunicações, em administração de frotas de navios oceânicos, em

projetos imobiliários e serviços financeiros; 5- Nestlé (Suíça) monopoliza o setor de laticínios, dentre outros. (OLIVEIRA, 2011).

A recente crise alimentar (2007 e 2008) demonstra bem o atual processo de organização do capital na agricultura. Através dela, verificamos dois processos, um conjuntural e outro estrutural. O primeiro se manifestou através do aumento de preços dos produtos de alimentação devido à produção de etanol de milho nos EUA, que levou à especulação dos preços do trigo na bolsa de Chicago com um aumento 100%, o milho em 96% e o etanol em 80%. Com a crise do mercado financeiro em 2008, parte do capital especulativo se voltou para o setor de produção de alimentos. Como consequência, segundo dados da FAO, entre 2008 e 2009, mais de 50 milhões de pessoas caíram abaixo da linha da pobreza.

O segundo aspecto, estrutural, vincula-se a expansão das monoculturas que resulta na concentração de terras e promove uma verdadeira contrarreforma agrária. De um lado leva a destruição ecológica devido à destruição das florestas e contaminação dos mananciais e rios, devido ao uso de insumos químicos. De outro lado, expulsa camponeses para os centros urbanos.

Segundo Sousa Santos,

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, a dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais, e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país. (SANTOS, 2005, p. 11).

Diante desse quadro, muitos camponeses atingidos pelo capital escolheram a mobilização e vêm buscando, através da ação coletiva, a participação nos movimentos sociais. Segundo Desmarais

A força brutal da globalização contribuiu para o surgimento de uma grande variedade de novos atores sociais. Também levou às novas estruturas de ação coletiva entre os atores sociais tradicionais, incluindo as organizações camponesas. [...] todos estão tentando estabelecer uma presença e esculpir espaços políticos alternativos em que as suas preocupações e demandas possam ser articuladas, negociadas e que se sejam acomodadas em um contexto de uma globalização contestada. (DESMARAI, 2007, p. 24, tradução nossa⁵).

⁵ “The brutal force of globalization contributed to the emergence of great variety of new social actors. It also led to new structures of collective action among traditional social actors, including peasant organizations.

Um desses novos atores é a Via Campesina. Ela surge em 1992, em Manágua (Nicarágua), durante o Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Granaderos* (UNAG) como uma rede transnacional de movimentos sociais rurais. Ela propõe defender os interesses dos membros que a forma, buscando atuar, principalmente, através da influência nos grandes centros de poder para interferir na formulação e promoção de políticas agrícolas que afetam, direta ou indiretamente, seus membros. Dessa forma, a Via Campesina age como um articulador de interesses de atores menores no cenário mundial. Atualmente, possui compreensão quase planetária e atua, tanto localmente quanto globalmente, sendo, até a *Conferência de Maputo*, ocorrida em 2008, 148 organizações em 69 países. (LA VÍA CAMPESINA, 2008)

Na sua formação,

[...] os líderes dos movimentos camponeses tinham para a Via Campesina uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento, criado sem a interferência de ONGs e a partir da análise coletiva, ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul. (NIEMEYER, 2007, p. 164).

Entre as atuações da Via Campesina ainda no início de sua formação, destaca-se seu posicionamento expressivo na *Assembléia Global sobre Segurança Alimentar*, que ocorreu em 1996 em Québec, realizada pela FAO, momento em que a rede assumiu uma posição significativa como ator transnacional. Também, no mesmo ano, participou da *Cúpula Mundial da Alimentação*, demonstrando seu posicionamento político.

A Via Campesina foi um ator político ativo e visível na Cúpula Mundial da Alimentação (CMA), realizada em Roma, convocada pela FAO. Seus membros desafiaram a FAO a reconhecer a sua legitimidade como representantes dos camponeses e pequenos agricultores em um dos maiores movimentos agrícolas do mundo e pediu para ser concedido o estatuto de representante oficial da CMA. (DESMARAI, 2007, p. 8, tradução nossa⁶).

Porém, para que esse posicionamento fosse possível, seu principal objetivo, durante o primeiro ano de existência da Via Campesina, foi estreitar e fortalecer as relações entre os movimentos sociais rurais locais e para isso, em 1993, realizou a *Primeira Conferência Internacional da Via Campesina*, momento em que foram decididas as metas e as primeiras táticas de ação do movimento.

[...] all are trying to establish a presence and carve out alternative political spaces in which their concerns and demands can be articulated, negotiated, and accommodated in the context of a contested globalization." (DESMARAI, 2007, p. 24).

⁶ "The Via Campesina was an active and visible political actor at the World Food Summit (WFS), held in Rome and convened by FAO. Its members challenged the FAO to recognize their legitimacy as representatives of peasants and small farmers in the one of the largest farm movements in the world and requested to be given official delegate status at the WFS." (DESMARAI, 2007, p. 8).

Claramente, a Via Campesina está preenchendo um vazio importante. Sua existência é a evidência de novas estruturas de ação coletiva no campo; suas estratégias desafiam modelos tradicionais de organização no setor rural, e da magnitude de sua presença internacional - sua natureza dinâmica, a diversidade cultural e a distribuição geográfica ampla - fala a suas potencialidades transformadoras. (DESMARAIS, 2007, p. 9, tradução nossa⁷).

Para tanto, estruturalmente, a Via Campesina se baseia na forma de rede, em que ela não existe fora das organizações-membros que a constitui. Quando se fala na Via Campesina como uma rede transnacional de movimentos sociais, partimos da perspectiva que a Via Campesina sofre influências mútuas, partindo elas da esfera local para a esfera global e da esfera global para a esfera local (ESCHLE; STAMMERS, 2004).

A organização não possui sede fixa e sua estrutura e equipe são compostas por grupos pequenos e descentralizados. O órgão mais importante da Via Campesina é o Comitê Coordenador Internacional (CCI), que é composto por representantes de todas as regiões⁸ em que ela se apresenta, e o Secretariado Operacional Internacional (SOI), que é responsável pela coordenação do CCI; sendo eles definidos durante suas Conferências Internacionais. Cada uma das regiões possui dois representantes, um homem e uma mulher, o que revela a preocupação da rede com a equidade de gênero em sua representação.

Os dezesseis membros da Comissão de Coordenação Internacional - com dois representantes (um homem e uma mulher) de cada uma das suas oito regiões - é o elo mais importante entre as várias organizações camponesas. Fora da Conferência Internacional, o CCI é uma equipe chave de tomada de decisão e de coordenação do corpo da Via Campesina. Todas as decisões importantes são tomadas em consulta com os seus dezesseis membros. Sobre questões-chave do processo de consulta, essa questão vai além da autoridade do CCI, uma vez que cada coordenador regional deve refletir as necessidades, preocupações e decisões das organizações dentro de sua região. É somente através de uma comunicação ampliada e de consulta que os coordenadores regionais ganham autoridade para apresentar posições e resoluções para o CCI. Para as organizações da Via Campesina, as regiões são os principais pontos de intersecção entre as comunidades e lutas nacionais e internacionais. (DESMARAIS, 2007, p. 30, tradução nossa⁹).

⁷ “Clearly, La Via Campesina is filling important void. Its very existence is evidence of new structures of collective action in the countryside; its strategies defy traditional patterns of organizing in the rural sector; and the sheer magnitude of its international presence - its dynamic nature, cultural diversity, and wide geographical distribution - speaks to its transformatory potential.” (DESMARAIS, 2007, p. 9).

⁸ São oito regiões, a saber: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa.

⁹ “The sixteen-member International Co-ordinating Commission - with two representatives (one man and one woman) from each of its eight regions - is the most important link among the various peasant organizations. Outside of the International Conference, the ICC is the key decision-making and co-ordinating body of the Via Campesina. All major decisions are made in consultation with its sixteen members. On key issues the consultation process goes beyond the ICC, because each regional co-ordinator must reflect the needs, concerns,

Cabe destacar que a transnacionalização de movimentos sociais abarca as relações sociais, originadas das tensões existentes entre o local e o global, formadas entre agentes coletivos além dos limites territoriais dos países, que em graus variáveis de institucionalização, congregam membros dos mais variados países, possibilitando uma atuação mais efetiva em busca de seus interesses.

Em decorrência dos novos desafios surgidos no cotidiano camponês, houve uma maior convergência dos movimentos sociais rurais em direção da nacionalização, regionalização e da transnacionalização. Assim, buscavam novos ambientes de negociação e de ação coletiva para que o alcance de seus objetivos fosse facilitado, levando-se, assim, a um maior estreitamento entre o ativismo dos movimentos sociais transnacionais, tanto do Norte como do Sul, pilar esse de sustentação da Via Campesina (DESMARAIS, 2003).

Assim sendo, ao tornarem-se movimentos transnacionais, os movimentos sociais nacionais aumentam sua escala geográfica de abrangência. No caso da Via Campesina, que congrega, na maioria dos casos, atores de pequena escala de atuação, a rede possibilita que esses movimentos encontrem na organização um ambiente para atuarem em escala global. Nesse ambiente, onde são reunidos inúmeros outros movimentos sociais rurais que possuem basicamente as mesmas reivindicações, a organização torna seus membros mais fortes no que tange ao poder de pressão que passam a exercer perante os atores internacionais.

As campanhas empreendidas pela Via campesina buscam estabelecer estratégias para toda a rede, para que esta possa atingir seus objetivos. Para tanto, desde sua formação, as campanhas empreendidas pela organização passaram pela evolução, a saber: a *Campanha Soberania Alimentar*, a *Campanha Sementes* e, atualmente, tem assumido uma posição mais abrangente dessas questões, o que não suprime o tratamento das questões elencadas anteriormente nas campanhas.

A *Campanha Soberania Alimentar* e a *Campanha Sementes* objetivam as mesmas questões, no entanto, os temas são aprofundados e alargados na *Campanha Sementes*. Ambas procuraram promover uma maior justiça social no campo, vindo esta por meio da defesa dos direitos dos camponeses. Os assuntos tratados nas campanhas promovidas pela Via Campesina “[...] seriam inter-relacionadas e estariam confluindo para um mesmo objetivo: a luta pela justiça social e pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses, resumidos sob o conceito amplo de Soberania Alimentar.” (NIEMEYER, 2006, p. 110).

and decisions of the organizations within his or her region. It is only through extended communication and consultation that the regional co-ordinators gain a regional mandate to present positions and resolutions to the ICC. For Via Campesina organizations, the regions are the key points of intersection between communities and national and international struggles.” (DESMARAIS, 2007, p. 30).

Nesse processo de evolução das campanhas empreendidas pela Via Campesina, a rede vem atuando nas diversas esferas (local, nacional, regional, global) e vem dedicando-se aos temas como direito dos camponeses, biodiversidade, direitos humanos, soberania alimentar, etc. A criação do conceito de “soberania alimentar”, dentro do âmbito da própria organização, permitiu o reconhecimento da rede como um ator de relevância no palco internacional, o que foi possível através da construção, pela Via Campesina, de um

[...] modelo radicalmente diferente de agricultura, baseado no conceito de soberania alimentar. O movimento camponês acredita que isso só pode ser feito através da construção de unidade e solidariedade entre a grande diversidade de camponeses e organizações de agricultores em todo o mundo. (DESMARAIS, 2007, p. 26-27, tradução nossa¹⁰).

Foi a partir da luta pela “soberania alimentar”, que a Via Campesina promoveu sua primeira campanha, a *Campanha Soberania Alimentar*, lançada durante a II Conferência Internacional da Via Campesina, ocorrida em 1996 em Tlaxcala (México). Foi também através dessa campanha que, inicialmente, a Via Campesina passou a expor, com mais assertividade, suas demandas e passou a se relacionar com mais efetividade com outros atores, ganhando maior respeitabilidade.

Embora as relações Via Campesina-ONGs tenham sido marcadas, de tempo em tempo, por conflito e tensão, elas também são uma grande fonte de poder. A Via Campesina, bem consciente de suas limitações, se convenceu de que a construção de alternativas à agenda neoliberal [...] só poderiam ocorrer com uma convergência intercultural, intersetorial dos movimentos sociais de base trabalhando juntos com as ONGs mais profissionalizadas (mas críticas). (DESMARAIS, 2007, p. 122, tradução nossa¹¹).

O conceito de “soberania alimentar” é um conceito mais amplo e profundo do que o conceito de “segurança alimentar”, esse último criado e defendido pela FAO. Grosso modo, “soberania alimentar” é o direito dos mais diversos povos, países de definirem suas próprias políticas agrícolas, sem que essas sejam passíveis de qualquer tipo de *dumping* de terceiros.

¹⁰ “[...] main goal of the Via Campesina is to build radically different model of agriculture, one based on the concept of food sovereignty. The peasant movement believes that this can only be done by building unity and solidarity among the great diversity of peasants and farm organizations around the world.” (DESMARAIS, 2007, p. 26-27).

¹¹ “Although Via Campesina-NGO relations have been marked, from time to time, with conflict and tension, they are also a source of great power. The Via Campesina, well aware of its limitations, became convinced that building alternatives to the neo-liberal agenda [...] would only occur with a cross-cultural, cross-sectoral convergence of grassroots social movements working together with more professionalized (but critical) NGOs.” (DESMARAIS, 2007, p. 122).

A *Campanha Soberania Alimentar* foi baseada nesse conceito e apresentou diversas propostas para o estabelecimento de políticas agrícolas soberanas. Dentre elas, a agricultura deveria ser empregada para a alimentação da população, dando preferência à produção para o consumo local, em detrimento da produção para exportação. Segundo a *Declaração da Campanha Soberania Alimentar* essa ação “[...] mostra a natureza dinâmica da [...] solidariedade e da [...] determinação para avançar na defesa dos que vivem da terra e na construção de melhores alternativas.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹²). Defende também, para que isso seja possível, maiores incentivos por parte do Estado aos pequenos agricultores, priorizando eles ao agronegócio.

Tendo-se em vista a defesa dos direitos dos agricultores, a campanha procurou garantir a defesa dos direitos dos camponeses e dos sem-terra, que seriam, segundo a declaração da campanha, acesso à água, à terra e às sementes. Para tanto, a campanha defende a reforma agrária e a manutenção do *status* público da água e da semente. Em decorrência disso, a campanha voltou-se contra a produção transgênica e posicionou-se em prol do acesso livre à semente, o que vai ao encontro do que está disposto na *Resolução 8/83*, da FAO, em que “[...] recursos genéticos vegetais são um patrimônio da humanidade a ser preservado, e para ser livremente disponível para uso, em benefício das gerações presentes e futura.” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983, tradução nossa¹³). A esse respeito, a Via Campesina declara estar determinada “[...] a criar uma economia rural baseada no respeito a [eles] mesmos e à terra, com base na soberania alimentar, e do comércio justo”. (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹⁴).

Desse modo, concebem que os direitos dos camponeses estão ligados à produção alimentícia, de acordo com sua própria cultura, e ao direito dos povos de comerem aquilo que é culturalmente aceito por eles, sendo esse assunto também tema abordado na *Declaração da Campanha Soberania Alimentar*. Além disso, a campanha também pauta a necessidade dos indivíduos de atentarem para as políticas agrícolas estabelecidas por seus Estados nacionais. A Via Campesina alega que “esse problema não pode ser resolvido sem a participação ativa daqueles que cultivam a terra.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹⁵).

¹² “[...] muestra la naturaliza dinámica de [...] solidaridad y de [...] determinación para avanzar en la defensa de los que viven de la tierra y en la construcción de mejores alternativas.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

¹³ “[...] plant genetic resources are a heritage of mankind to be preserved, and to be freely available for use, for the benefit of present and future generations.” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983).

¹⁴ “[...] a crear una económica rural basada en el respeto a [ellos] mismos y a la tierra, sobre la base de la soberanía alimentaría, y de un comercio justo.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

¹⁵ “No podrá solucionarse este problema sin la participación activa de los que cultivan la tierra.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

Já no ano 2000, durante a III Conferência Internacional da Via Campesina foi lançada a “Campanha Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Dentre as bandeiras levantadas nessa campanha, destaca-se o combate à privatização bem como o patenteamento sobre a vida e a garantia à Soberania Alimentar dos povos. Assim, na *Declaração da Campanha Sementes*, a Via Campesina se opõe “[...] a que se privatizem e a que se patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade campesina, à atividade indígena.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁶). Diante dessas bandeiras, são defendidos os Direitos do Agricultor (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989), intimamente ligados ao tema de Soberania Alimentar.

Nesta campanha, a atuação da Via Campesina continua diretamente ligada à conservação do *status* público das sementes e na soberania dos povos e Estados de definirem suas próprias políticas agrícolas. Esse tipo de postura, empregada pela rede, busca um desenvolvimento alternativo ao atual, o neoliberal, de forma a se “[...] evitar que se imponham modelos em que predomine uma única forma de vida ou de modelo de desenvolvimento.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁷).

Nessa campanha, há um aprofundamento da questão da soberania alimentar na medida em que, a partir desse momento, esta passa a ser ligada a questão da biodiversidade. Em consequência dessa ligação, passa a ser valorizado o papel do camponês na preservação e melhoria das espécies. Destarte,

A Via Campesina apóia esta campanha em um conceito sócio-cultural de biodiversidade, além de apresentar os camponeses como os responsáveis históricos pela manutenção da biodiversidade agrícola e pela melhoria das espécies: o camponês é apresentado como um expert, e o seu conhecimento, valorizado. (NIEMEYER, 2006, p. 113).

De modo que “[...] a biodiversidade [tenha] como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa [tenha] liberdade para pensar e ser.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁸). Nessa perspectiva, a biodiversidade estaria intimamente ligada à diversidade cultural, que fora responsável pela domesticação diversa das sementes. “A diversidade biológica e a diversidade cultural alimentam-se mutuamente. Não é causalidade, é causalidade.” (RIBEIRO, 2003, p. 52).

¹⁶ “[...] a que se privetizen a que se patenten lo materiales genéticos que dan origen a la vida, a la actividad campesina, a la actividad indígena.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000).

¹⁷ “[...]evitar que se impongan modelos en donde predomine una sola forma de vida o modelo de desarrollo.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000).

¹⁸ “[...] la biodiversidad [tenga] como base fundamental el reconocimiento de la diversidad humana, la aceptación de que somos diferentes y de que cada pueblo y cada persona [tenga] libertad para pensar y para ser.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000)

Essa biodiversidade permite a autonomia dos povos, pois é base de sua cultura de produção de alimentos, bem como de sua cultura alimentícia. Isso se contrapõe ao posicionamento da FAO, uma vez que ela tem promovido a transgenia. Esse tipo de política permite a privatização do que antes era público e coletivo. Quando se privatiza recursos e o conhecimento, os fluxos da biodiversidade são rompidos, e monopoliza-se o primeiro elo da cadeia produtiva, a semente. Por isso, a diversidade é colocada numa posição basilar para se alcançar a soberania alimentar.

Com a promoção do conceito de “soberania alimentar” e do conceito de “camponês *expert*” (NIEMEYER, 2006), a Via Campesina dilatou sua capacidade de influência sobre as organizações que dela fazem parte e isso se refletiu na campanha, essa de âmbito global, promovida pela rede. Ao promover esses conceitos, a Via Campesina igualmente se aproximou de atores que não estavam diretamente ligados às causas campesinas, principalmente consumidores e ambientalistas, e que passaram, muitos deles, a estabelecer relações com a organização.

Para se posicionar com maior efetividade perante as organizações internacionais, em especial junto à FAO, a Via Campesina, através das campanhas promovidas, desenvolveu propostas baseadas em diversos acordos internacionais, como as resoluções 8/83 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983), que versa sobre recursos fitogenéticos¹⁹, e a 5/89 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989), que conceituou a noção de direitos dos agricultores (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2002). Ao fazer isso, o posicionamento da rede saiu do campo exclusivo da contestação e passou a buscar reais mudanças nas políticas agrícolas, alicerçando-as em mecanismo legais internacionais.

Para tanto, foram desenvolvidas algumas estratégias que buscavam melhorar a situação dos pequenos agricultores. Estas foram baseadas na intenção de formalizar a presença da Via Campesina em encontros das organizações internacionais, por meio da promoção de campanhas globais, buscando-se difundir informações sobre temas como biodiversidade, recursos genéticos, soberania alimentar, dentre outros.

Visando obter sucesso através dessas estratégias, um plano de ação foi formulado pela organização. Esse plano de ação inclui desde encontros regionais, câmbio de informações até a realização de campanhas internacionais e o estabelecimento de um programa de comercialização e troca de sementes.

Procurando esclarecer alguns pontos sobre as campanhas aqui abordadas, elencamos o que consideramos os principais pontos presentes nas declarações das campanhas observadas, conforme pode ser visto abaixo:

¹⁹ Os recursos fitogenéticos abrangem inúmeras categorias como espécies silvestres, variedades de plantas, linhagens melhoradas, dentre outras.

Principais pontos presentes nas declarações das campanhas observadas		
	Campanha Soberania Alimentar	Campanha Sementes
Intenções	<p>Assegurar o desenvolvimento rural inclusivo; Exigir uma reforma agrária autêntica; Exigir proscrição de dívidas e do programa de ajuste estrutural; Resistir à apropriação dos recursos genéticos pelas transnacionais.</p>	<p>Garantir, baseando-se na biodiversidade, a segurança alimentar como direito fundamental; Procurar estabelecer uma moratória sobre a bioprospecção; Proteger e promover os Direitos do Agricultor.</p>
Estratégias	<p>Articular e fortalecer as organizações regionais; Desenvolver respostas apropriadas ante os tratados bilaterais; Projetar os objetivos da Via Campesina durante os encontros das organizações internacionais; Construir secretarias regionais operacionais; Fomentar mecanismos de comunicação interna e externa à Via Campesina; <u>Promover uma campanha internacional antidumping</u>; Atuar contra os atos de violência exercidos contra os camponeses e pequenos agricultores; Lutar contra o processo de privatização de patentes sobre material genético.</p>	<p>Reforçar a participação e formalização da presença da Via Campesina nos organismos internacionais; <u>Realizar uma campanha internacional de informação e difusão sobre os temas da Biodiversidade, recursos genéticos e biossegurança no interior da Via Campesina</u>; <u>Conduzir uma campanha em cada país que haja movimentos sociais que representem a Via Campesina.</u></p>
Plano de Ação	<p>Não há um plano de ação nessa declaração.</p>	<p>Realizar encontros de caráter regional; Trocar informações entre as organizações da Via Campesina; <u>Realizar uma campanha contra patentes relacionadas com a vida</u>; Estabelecer um programa de comercialização e trocas de sementes; Estabelecer uma campanha para todas as atividades desenvolvidas pela Via Campesina; Exigir, dos organismos envolvidos com a investigação agrícola, que se evite o patenteamento do conhecimento; Promover o direito de uma alimentação saudável e suficiente.</p>

Fonte: LA VÍA CAMPESINA, 2000, 2007. Elaborado pelas autoras.

A Via Campesina vem se projetando nos fóruns mundiais e tem se revelado como um ator de relevância que objetiva uma ampla transformação social, visando o estabelecimento da equidade e da justiça social. Para tanto, vem construindo junto aos movimentos sociais o conceito de “Soberania Alimentar”, em que a união do conceito de biodiversidade à valorização da cultura camponesa demonstrou-se uma das principais estratégias utilizadas para projetarem-se na luta contra os grandes oligopólios vinculados produção alimentícia. A partir disso, a Via Campesina conquistou adeptos a sua luta, na medida em que criou uma atmosfera em torno dos ideais camponeses e indígenas. Essa foi vista de maneira positiva por outros grupos da sociedade, fazendo com que esses outros atores se aproximassem da rede e se envolvessem nas campanhas promovidas pela Via Campesina, de modo que se elevasse o poder de influência da rede no palco internacional.

REFERÊNCIAS

DESMARAIS, A. A. *The Via Campesina: peasants resisting globalization*. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia)–Department of Geography, University of Calgary, Alberta, 2003.

_____. *La Via Campesina: globalization and the power of peasants*. Canada: Fernwood Publishing, 2007.

ESCHLE, C.; STAMMERS, N. Taking Part: Social Movements, INGOs and Global Change. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 29, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *World Food Summit: five years later reaffirms pledge to reduce hunger*. Roma, 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/worldfoodsummit/english/newsroom/news/8580-en.html>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

_____. *Women and the green revolution*, [200-?]. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/x0171e/x0171e04.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. *Resolution 5/89*. 1989. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/x5588E/x5588e06.htm#e.%20commission%20on%20plant%20genetic%20resources%20and%20the%20international%20undertaking:%20prog>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. *Resolution 8/83*. 1983. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/x5563E/X5563e0a.htm>>. Acesso em: 29 out. 2010.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **Espírito empreendedor: três séculos da filantropia da família rockefeller**. 30 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/casos/09-caso-familia-rockefeller.pdf/view?searchterm=Rockefeller>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

LA VÍA CAMPESINA. *Documento de la III Conferencia Int. de Via Campesina*. 2000. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=47:biodiversidad-y-recursos-gencos&catid=33:3-bangalore-2000&Itemid=55>. Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. *Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina*. [1996] 2007. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=404:ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996&catid=32:2-tlaxcala&Itemid=48>. Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. *La Vía Campesina members*. 2008. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>. Acesso em: 30 out. 2010.

MENEZES, I. G. Valorização do rural versus valorização do camponês: desenvolvimento, trabalho e cidadania. *Revista Eletrônica Temática*, 16 out. 2008. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2008/30.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

NIEMEYER, C. B. de. *Contestando a governança global: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Rurais Via Campesina e suas relações com a FAO e a OMC*. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 25-27 abr. 2007, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007. p. 157-178. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/carolina_burle_niemeyer.pdf>. Acesso em: 24 set. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: SIMONETTI, M. C. L. A *(in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 159-179.

PACKER, L. A. *Da monocultura da lei às ecologias dos direitos: pluralismo jurídico comunitário-participativo para afirmação da vida concreta camponesa*. 2009. 321 f. Dissertação (Mestrado em Direito)–Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, H. M. de. *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 51-72.

SANTOS, B. de S. *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SIMONETTI, M. C. Mudanças climáticas, agricultura e injustiça ambiental. In: _____. A *(in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47-61.